

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.022 - SC (2019/0056113-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : CDM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : ANDRÉ ADEMAR MILANEZ
INTERES. : ADEMAR MILANEZ
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de agravo de CDM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA contra decisão proferida no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TJSC que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – MPE teve julgado improcedente o pedido de imposição de medidas acautelatórias em desfavor da agravante e de seus sócios, estes últimos réus de ação penal.

Irresgido, o MPE interpôs recurso de apelação que foi provido para permitir a constrição de bens da agravante e dos sócios. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO, NO PRAZO LEGAL, DE VALOR DE TRIBUTO DESCONTADO NA QUALIDADE DE SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO (LEI 8.137/1990, ART. 2º, II, COMBINADO COM O ART. 71, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). MEDIDA CAUTELAR DE SEQUESTRO (DECRETO-LEI 3.240/1941). IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. INSURGIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

LEGITIMIDADE ATIVA EVIDENCIADA (ART. 2º, CAPUT, DA LEI DE REGÊNCIA). AVENTADA CONDUÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL PARA FRAUDAR O FISCO ESTADUAL. INUTILIDADE DE PRESSUPOSTO INERENTE AO SEQUESTRO DISCIPLINADO PELA LEI ADJETIVA PENAL. TESE ALBERGADA. PERICULUM IN MORA E FUMUS BONI IURIS DISPENSÁVEIS. SUFICIENTE INDICAÇÃO DOS BENS E VEEMENTES INDÍCIOS DE RESPONSABILIDADE PENAL. INTELECÇÃO CONJUNTA DOS RESPECTIVOS ARTS. 3º E 4º, CAPUT. PARCELAMENTO DA DÍVIDA QUE NÃO IMPEDE A CONSTRIÇÃO. POSSIBILIDADE DE IDÊNTICA MEDIDA EM FACE DA SOCIEDADE EMPRESARIAL.

Superior Tribunal de Justiça

PRECEDENTES.

SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO

E

PROVIDO (fl. 193).

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação ao art. 4º do Decreto-lei n. 3.240/41, porquanto o TJSC determinou a constrição de numerário acumulado em instituição bancárias em nome da recorrente, terceira prejudicada (já que não figura no polo passivo do processo criminal). Entende que a fundamentação adotada pelo TJSC para tanto não é idônea, pois não indicou a presença dos requisitos de culpa grave ou de aquisição dolosa da pessoa jurídica. Destaca que o cometimento do delito pelos sócios por intermédio da administração da pessoa jurídica não justifica a constrição, incorrendo em violação ao art. 93, IX, da CF. Requereu o afastamento das medidas acautelatórias em face da recorrente.

Contrarrazões (fls. 233/238).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista: a) o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ; e b) acórdão de acordo com entendimento do STJ, conforme Súmula 83 do STJ (fls. 240/245).

Em agravo em recurso especial, a defesa refutou os referidos óbices (fls. 260/266).

Contraminuta às fls. 270/273.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 294/299).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, não cabe em sede de recurso especial a análise de violação a princípios e dispositivos constitucionais. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME MILITAR. EXTRAVIO CULPOSO DE ARMAMENTO. ARTS. 265 E 266 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE PECULATO CULPOSO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. MILITAR DE FOLGA. NEGLIGÊNCIA NO

Superior Tribunal de Justiça

ACAUTELAMENTO DA ARMA. POSTERIOR RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.

1. À luz do princípio da especialidade, o caso em exame se amolda suficientemente ao tipo descrito nos arts. 265 e 266, ambos do Código Penal Militar, em razão do extravio de armamento da corporação, por intermédio de conduta culposa.

2. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1759904/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018)

Sobre a violação ao art. 4º do Decreto-lei n. 3.240/41, o Tribunal de origem autorizou a constrição de numerário em poder da agravante porque demonstrado que os seus sócios dela se utilizaram para cometimento do delito. Cito o trecho:

Por fim, no que tange à constrição do patrimônio da empresa CDM do Brasil Indústria e Comércio de Cereais Ltda., este Órgão Fracionário pacificou a sua jurisprudência acompanhando julgados do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Logo, como André Ademar Milanez e Ademar Milanez são sócios-administradores da empresa CDM do Brasil Indústria e Comércio de Cereais Ltda. e as condutas descritas na denúncia só poderiam ter sido praticadas através da mencionada pessoa jurídica, na condição de sujeito passivo da obrigação tributária, a constrição deve recair sobre o patrimônio de todos (fls. 200/201).

Assim, escoreita a constrição de numerário da empresa, pois não se trata de bens em poder de terceiros que foi adquirido por meio de um negócio jurídico, mas de bens em poder dos próprios indiciados na condição de gestores da empresa. Cito precedente:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO JUDICIAL. SEQUESTRO E ARRESTO DE BENS. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

III - Ausência de teratologia da r. decisão que mantém a indisponibilidade da Churrascaria Sarandi LTDA, segundo a denúncia, seriam destinadas a grupo familiar criado para facilitação de sonegação fiscal, inclusive mediante a aparente utilização da pessoa jurídica pertencente a tal grupo.

IV - Indisponibilidade de bens que encontra amparo no Decreto-Lei nº 3240/41.

Recurso ordinário desprovido (RMS 50.580/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/08/2016).

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço em parte do recurso especial e, com fundamento na súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator